



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2015
(Do Sr. JHC)

Requer o envio de pedido de informações por escrito ao Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, relacionadas a procedimentos de auditoria interna no âmbito da Petrobras, de suas subsidiárias e da entidade fechada de previdência complementar que atende os empregados da referida sociedade de economia mista.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações por escrito ao Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, com o intuito de que aquela autoridade preste formalmente a esta Casa os seguintes esclarecimentos:

1) Encontram-se de fato em curso, conforme vem sendo noticiado por órgãos de imprensa, auditorias internas promovidas pela Petrobras, por suas subsidiárias e pela Petros, entidade fechada de previdência complementar que atende os empregados da estatal?

2) Em caso de resposta afirmativa a esse questionamento, deverão ser especificados, na resposta à presente iniciativa:

a) as pessoas físicas e jurídicas encarregadas da realização das referidas auditorias;

b) o inteiro teor dos planos de trabalho a serem cumpridos em cada um dos procedimentos, especialmente quanto: aos objetivos traçados; ao cronograma a ser cumprido; à abrangência da respectivas análises; aos instrumentos a serem empregados; ao orçamento das despesas relacionadas à execução dos trabalhos; ao grau de disponibilização ao público dos resultados obtidos.

JUSTIFICAÇÃO

As vicissitudes enfrentadas pela Petrobras e por suas subsidiárias não constituem mais, a essa altura, apenas um problema de governo, uma vez que afetam diretamente o conjunto da sociedade. São tantas e tão graves as repercussões dos desmandos ocorridos naquela estatal que já não se pode mais sequer cogitar do afastamento da população e de seus representantes das inúmeras e diversificadas investigações em curso.

No âmbito desta Casa, encontra-se em funcionamento uma Comissão Parlamentar de Inquérito cujos trabalhos se iniciaram sob o estigma de uma preocupante polêmica. É que no dia da instalação do colegiado viu-se rejeitada uma questão de ordem suscitada por um dos partidos com assento nesta Casa, por meio da qual se pretendia impedir a participação na investigação de parlamentares cujas campanhas eleitorais incluíram empresas privadas alcançadas por supostas irregularidades.

Seria prematuro extrair do episódio a ilação de que a CPI não produzirá os resultados esperados pela sociedade, mas também não se pode desprezar a inquietude causada pela decisão. Se já havia motivos para que todos acompanhassem com extrema atenção os trabalhos da comissão, mais ainda se justifica que cada passo de seus membros seja minuciosamente avaliado.

Também se afigura salutar que se mantenha, no que diz respeito às dificuldades enfrentadas pela Petrobras, o pleno exercício, a despeito do esforço investigativo a ser desincumbido pelos membros da CPI, das prerrogativas constitucionais atribuídas aos parlamentares que não integram os quadros do colegiado. A comissão certamente conduzirá os esforços investigativos mais proeminentes, mas de sua atuação não se pode

extrair a subtração da função de controle que a Carta prevê para os Deputados.

O requerimento que ora se justifica trabalha a partir dessa premissa. Segundo a imprensa, encontram-se em curso procedimentos internos de auditoria que abrangem não apenas a Petrobras, mas também suas subsidiárias e o fundo de pensão de seus empregados. No contexto em que os fatos se deram, e à luz do trauma social que causaram, é preciso que cada um dos Parlamentares, não apenas os membros da CPI, possam se debruçar sobre esses procedimentos, avaliar as perspectivas em que se fundam e apreciar seus resultados.

O autor do presente requerimento enxerga nas dificuldades que a Petrobras atravessa origens as mais diversas, mas não lhe resta qualquer dúvida acerca do fato de que o principal motivo se situou na falta de transparência dos procedimentos adotados pela estatal, por suas subsidiárias e pelo poderoso fundo de pensão a ela vinculado. Os brasileiros estão se assustando com o conteúdo das “caixas pretas” abertas pela Operação Lava-Jato principalmente por esse aspecto: beira o inacreditável que ilícitos tão vultosos estivessem sendo há tanto tempo acobertados.

Assim, se o governo pretende recuperar a credibilidade da empresa e restabelecer o prestígio que a nossa maior estatal antes desfrutava perante o mercado, não resta dúvida de que uma resposta célere e precisa ao presente requerimento contribuirá para tal resultado. Até porque, sem embargo de utilizá-lo para formação de juízo de valor a respeito, o autor pretende, tão logo obtidas as respostas almejadas, disponibilizá-los para a sociedade e oferecê-los a seus Pares, integrem ou não a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Por tais motivos, espera-se da douta Mesa o rápido processamento e a imediata aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, em de de 2015.

Deputado JHC

Document01